



PARA ONDE CAMINHA O TRABALHO DOCENTE E A FORMAÇÃO DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA? REFLEXÕES À LUZ DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA E DA EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Natália Silva Magalhães¹

Carlos Alves Duarte²

Maria Bárbara Rocha da Silva³

Maria Luiza Barbosa Araújo⁴

Maria Márcia Melo de Castro Martins⁵

RESUMO

Este trabalho foi produzido no contexto das reflexões construídas a partir de um projeto de Iniciação Científica, denominado Dialogando Sobre Ensino e a Formação de Professores de Ciências e Biologia Face às Orientações Legais: contribuições da Pedagogia Histórico-crítica e do Materialismo Histórico-dialético, em desenvolvimento no âmbito do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu - FECLI/UECE, em articulação com a vivência de participantes do Estágio Supervisionado em escolas públicas da Região Centro Sul do Ceará. Tendo em vista a realidade do novo Ensino Médio (Lei 13.415/17), os desafios e as implicações deste sobre o trabalho docente e a formação dos estudantes da educação básica, esta pesquisa objetiva tecer uma reflexão sobre os desdobramentos do novo Ensino Médio, à luz da Pedagogia Histórico-crítica e a partir da perspectiva do Estágio Supervisionado. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, ancorado nos pressupostos do Materialismo Histórico-dialético. Nesse sentido, observa-se, a partir do Estágio Supervisionado, que o trabalho docente, no contexto da configuração do novo Ensino Médio, é envolto por crescente desprofissionalização, advinda, por exemplo, da sobrecarga de trabalho, responsável também por engendrar o adoecimento profissional. Similarmente, mudanças foram observadas na formação dos estudantes da educação básica, sendo o esvaziamento teórico a principal delas, negando aos sujeitos a aquisição do saber objetivo que contribui para a elevação da condição social dos indivíduos. Desse modo, a vivência no Estágio Supervisionado sinaliza que o trabalho docente e formação discente caminham na contramão dos direitos conquistados por meio de intensas lutas. Tendo em vista que o acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade é direitos de todos, reafirma-se a necessidade da formação dos estudantes da educação básica e o trabalho docente serem compreendidos a partir de novos patamares, de perspectiva emancipatória, alinhados aos interesses da classe trabalhadora.

¹ Graduanda do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE), nat.magalhaes@aluno.uece.br;

² Graduando do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE), carlos.duarte@aluno.uece.br;

³ Graduanda do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE), barbara.rocha@aluno.uece.br;

⁴ Mestranda do Programa Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri (URCA). Especialista em Ensino de Biologia e Química (URCA). Licenciada em Ciências Biológicas (UECE), marialuizabarbosa.ml@gmail.com;

⁵ Doutora em Educação (PPGE/UECE). Mestre em Ensino de Ciências e Matemática (ENCIMA/UFC) e Educação (PPGE/UECE). Licenciada em Ciências Biológicas (UFC) e Professora Adjunta do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu (FECLI/UECE), marcia.melo@uece.br.

Palavras-chave: Docência, Educação Básica, Novo Ensino Médio, Estágio Supervisionado, Pedagogia Histórico-crítica.

INTRODUÇÃO

A educação escolar é um instrumento que auxilia na transformação do contexto social em que os indivíduos estão inseridos. Deve oportunizá-los acesso aos conhecimentos construídos ao decorrer da história da humanidade, assim como assegurar-lhes os saberes objetivos da realidade, para que por meio destes, interpretem os fenômenos existentes determinantes para a posição social em que se encontram, sobretudo porque vivemos em uma sociedade de classes com interesses antagônicos, onde a classe trabalhadora encontra-se em posição de coerção pelas leis que são fomentadas pela elite, as quais favorecem e retroalimentam o sistema capitalista imposto pela classe dominante. Esta tem acesso e usufrui dos bens materiais e culturais adquiridos por intermédio da força de trabalho da classe trabalhadora que está sujeita ao domínio exercido pela classe dominante.

Dito isto, Saviani (2014) destaca que a escola é um ambiente de contradição, por estar sujeita ao capital e ainda assim ser um meio pelo qual se dispõe e se dá acesso ao conhecimento elaborado, erudito. Isso porque, historicamente, a classe dominante pensa para a classe trabalhadora e, portanto, para a escola pública, uma educação de segunda categoria. Nesse espaço de contradição, Saviani reconhece a escola como espaço essencial para formar cidadãos críticos e engajados em movimentos que promovam a transformação na realidade. Diante disso, é mister fazer referência às leis que regem a formação docente, já que os professores corroboram exponencialmente no que refere-se a construção do senso-crítico do indivíduo. Dentre o conjunto de leis que regem essa formação, destacamos Resolução do CNE n. 02/2019 e a Base Nacional Comum para Formação Inicial de Professores da Educação Básica - BNC-Formação, pois estas articulam-se e influenciam na qualidade do ensino ofertado, principalmente e mais expressivamente na rede pública de ensino.

No que concerne à formação docente, esta encontra-se pautada sob uma base reguladora, padronizadora, que dá ênfase a um ensino que preza pelo desenvolvimento de competências e habilidades, que fazem-se também presentes na Base Nacional Comum Curricular - BNCC, documento norteador dos currículos das instituições públicas e privadas, e que está em uma íntima relação com o Novo Ensino Médio (Lei 13.415/2017).

Desse modo, tanto a formação docente quanto a dos alunos da Educação Básica sofrem o esvaziamento curricular e são conduzidas para o engessamento de conteúdos

predefinidos, fruto das orientações legais que corroboram veemente para o fortalecimento da elite e à submissão da classe dominada, de forma que esta tenha sua força de trabalho direcionada para o acúmulo de riquezas da classe dominante.

É importante ressaltar que, dispondo do modelo de educação orientado pela BNCC, os alunos não terão oportunidade de desenvolver-se plenamente, o que infringe o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, que preza por uma formação plena do indivíduo. Outrossim, ainda sobre a formação de professores, os licenciandos expressarão mais dificuldades durante a vivência do Estágio Supervisionado, visto que os alunos estudam conforme o que é apresentado no Novo Ensino Médio e que estão sendo destinadas mais horas para os itinerários formativos do que para as disciplinas que expandem o repertório sociocultural dos discentes, como sociologia, geografia, filosofia, tendo como desdobramento para os estudantes do Ensino Médio uma frágil bagagem de conhecimentos. Além disso, se a formação docente está sendo restrita ao exercício da docência, com supervalorização do desenvolvimento de competências, secundarizando a práxis como categoria central da formação de professores, sofrendo, assim, expressiva defasagem no que diz respeito a uma sólida e transformadora formação.

Posto isto, faz-se necessário compreender como o ensino está sendo afetado face ao cenário do Novo Ensino Médio e das políticas de formação docente, no que diz respeito ao ensino da classe trabalhadora, em particular da que frequenta a escola pública, pois, não há como dissociar a educação das leis que a regem e dos impasses advindos destas para os cidadãos que dispõe unicamente daquilo que a escola oferta como meio para problematizar sua realidade e agregar conhecimento para tentar transformá-la.

Tendo em vista a realidade do Novo Ensino Médio - NEM, os desafios e as implicações deste sobre o trabalho docente e a formação dos estudantes da educação básica, esta pesquisa objetiva tecer uma reflexão sobre os desdobramentos do Novo Ensino Médio à luz da Pedagogia Histórico-crítica e a partir da perspectiva do Estágio Supervisionado.

METODOLOGIA

A referida pesquisa desenvolvida no âmbito do projeto de Iniciação Científica (IC) Dialogando sobre o Ensino e a Formação de Professores de Ciências e Biologia face às orientações legais: contribuições da Pedagogia Histórico-crítica e do Materialismo Histórico-dialético, vinculada ao curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu - FECLI, unidade da Universidade Estadual do

Ceará - UECE, oportuniza debater a respeito não apenas da formação docente face às leis que a regem, mas também promove um espaço de reflexão para seus integrantes, a partir das experiências dos bolsistas IC durante o Estágio Supervisionado frente ao contexto das escolas que adotaram o novo Ensino Médio. A pesquisa trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico, na qual destacam-se os trabalhos de Saviani (2011, 2014), Moreira *et al.*, (2020), Carvalho e Barbosa (2022), Moll *et al.*, (2022), ancorada nos pressupostos do Materialismo Histórico-dialético, fundamento filosófico da Pedagogia Histórico-crítica. Tais pressupostos se apresentam como aporte para compreender as relações estabelecidas na sociedade de classes, as quais perpassam o contexto da escola, a perceber as intencionalidades, às vezes veladas, nesse espaço, bem como a refletir sobre as atividades que se materializam na escola, a exemplo do Estágio Supervisionado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola, instituição que promove e dá acesso aos conhecimentos sistematizados, acumulados e construídos ao longo do decorrer da história, passou por um processo de reformulação em seus currículos para se adaptarem ao contexto do Novo Ensino Médio, que iniciou-se a partir da reforma decretada como medida provisória 746/16, no governo de Michel Temer, a qual não promoveu debate algum com os educadores e a sociedade, sendo aprovada no ano seguinte, em 2017, pela câmara dos deputados, a Lei 13.415, sob um clima intempestivo, o qual despertou a insatisfação e indignação de professores e alunos (CARVALHO; BARBOSA, 2022).

A partir disso, houve uma reorganização curricular das instituições, em que a BNCC foi posta como um documento norteador das escolas públicas e privadas para fins de diminuir a discrepância na educação dos filhos da classe dominante comparada a da classe trabalhadora. Embora a BNCC traga, textualmente, uma proposta aparentemente progressista, a realidade configura-se de outra forma, pois os currículos passaram a ser elaborados a critério das instituições escolares e de como estas encontram-se estruturadas, visto que há distinção entre as escolas que apresentam condições de oferecer todos as possibilidades de itinerários formativos informados pela BNCC e as que não dispõe de tais condições.

Além da questão do Novo Ensino Médio, há também problemáticas relacionadas a este, que é a sua oferta em escola de tempo integral, uma vez que a maioria destas apresentam dificuldades de distintas ordens (estrutural, pedagógica, social, etc) para manter os discentes em dois turnos, na escola pública. Ademais, com os conteúdos alinhados a uma base que

preza pelo desenvolvimento de competências e habilidades que os discentes precisam manifestar, não apenas a formação dos alunos da educação básica, como também a formação docente, estará sujeita a um padrão a ser seguido, colocando o professor como um mero executor do magistério, por tentar direcionar sua atuação na mediação de conhecimentos, junto aos estudantes, que incitam o pensamento crítico do ser social. Em vista disso, “deparamo-nos com um esquema de “receita” a ser seguido e um “padrão” estendido a todos/as os/as professores e aluno/as” (MOREIRA *et al.*, 2022, p. 6).

Diante disso, “observa-se a descaracterização da formação docente e sua atuação profissional, com a implementação de uma Base que instrumentaliza, limita e regula a ação do professor” (MOREIRA *et al.*, 2022, p. 8). Desse modo, o trabalho docente e o processo de escolarização dos alunos da educação básica estão sujeitos às orientações presentes na BNC-Formação e BNCC, as quais estão interligadas e exercem forte influência na educação, principalmente daqueles que a têm por sua fonte de esperança para emanciparem-se.

Dentre os impactos trazidos pela Reforma do Ensino Médio, articulada à BNCC, sinalizamos desdobramentos importantes no contexto do Estágio Supervisionado. O Estágio Supervisionado tem como objetivo proporcionar a vivência docente, de forma que o processo de ensino e de aprendizagem se dê através da prática e reflexão no ambiente escolar, e nesse sentido é fundamental que o estagiário compreenda a natureza da Educação, que para Saviani (2011) traduz-se no ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo, a humanidade que é produzida histórica e de forma coletiva pela humanidade.

Com base nisso, o estudante precisa experimentar as relações que envolvem a prática docente na escola, como o contato com profissionais, com suas experiências particulares e coletivas, como também o convívio com os alunos em suas diferentes realidades, sócio-econômica e cultural, visto que a identificação dos elementos culturais necessários à humanização e o entendimento das formas apropriadas de como atingi-la, são os objetivos da educação (SAVIANI 2011).

Nesse sentido, a escola pública é o espaço onde estão expostas, de forma evidente, as contradições da sociedade de classe, como também suas lutas. São desafios que se apresentam nas condições de aprendizagens dos estudantes do Ensino Médio Integral - MTI, na orientação pedagógica do ensino, trazida pela BNCC, como também na simplificação e reducionismo, exemplificado nos livros didáticos. Diante disso, a vivência, a partir do estágio no 3º ano do Ensino Médio, no caso deste estudo, orienta a reflexão sobre: para onde caminha a formação dos alunos das escolas públicas de Ensino Médio Integral?

O estágio realizou-se em uma escola de Ensino Médio em Tempo Integral, localizada numa cidade do interior do estado do Ceará, região Centro Sul, com duas turmas do 3º ano: uma Eletiva em Práticas Laboratoriais e outra turma na disciplina de Ciências da Natureza e suas Tecnologias. A escola está situada no centro da cidade, mas recebe alunos da zona rural do município, como também das periferias da cidade.

O Novo Ensino Médio - NEM é polêmico, visto que por um lado há os que justifiquem a flexibilização da formação geral básica⁶ e dos itinerários⁷, como um avanço para a formação dos alunos, enquanto por outro, é a flexibilização um elemento que nega aos estudantes os conhecimentos historicamente construídos pela humanidade, visto que pulveriza o conhecimento, retira disciplinas tradicionais e seus conteúdos, como Filosofia, Sociologia, Física, dentre outras. Outra questão que precisa ser discutida é sobre as formas de implementação do NEM na rede de ensino, visto que as escolas públicas são obrigadas a implementá-lo, a partir de condições inadequadas de infraestrutura, que limita o aprofundamento nos itinerários formativos e da formação geral básica. Enquanto isso, as escolas da rede privada possuem recursos que lhes permitem direcionar a formação conforme seus interesses, ou seja, alinhados ao acesso ao ensino superior, o que revela uma formação por categorias e apresenta um “universo que não diz respeito apenas a escola, mas dialoga explicitamente com o projeto de país que está em disputa” (MOLL *et al.*, 2022, p. 260).

Nessa direção, o NEM se caracteriza por uma formação voltada ao mercado de trabalho, em que a rede de ensino é obrigada a implementá-lo no Brasil (2018). Entretanto, a rede privada, mesmo obrigada a implementar as alterações propostas pelo NEM, consegue, a partir de seus recursos, manter sua formação orientada ao ingresso no ensino superior. Nesse cenário, temos os filhos de trabalhadores, estudantes das escolas públicas, com um ensino que pouco se orienta para acesso à universidade, em oposição ao ensino na rede privada, que privilegia o acesso a esse nível de formação. Para Araújo e Albene (2022), a orientação do NEM para uma formação voltada ao mercado de trabalho naturaliza a hegemonia do mercado neoliberal e seus valores. Nesse sentido, afirmam:

⁶ Formação geral básica é o conjunto de competências e habilidades das áreas de conhecimento previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que aprofundam e consolidam as aprendizagens essenciais do Ensino Fundamental, a compreensão de problemas complexos e a reflexão sobre soluções para eles (BRASIL, 2018, p. 02).

⁷ Itinerários formativos constituem-se por cada conjunto de unidades curriculares ofertadas pelas instituições e redes de ensino que possibilitam ao estudante aprofundar seus conhecimentos e se preparar para o prosseguimento de estudos ou para o mundo do trabalho de forma a contribuir para a construção de soluções de problemas específicos da sociedade (BRASIL, 2018, p. 02).

Corroboramos com as reflexões consistentes de associações científicas, profissionais, pesquisadores, movimentos sociais e estudantis diversos sobre a gravidade da (contra)reforma e da lógica do “novo” ensino médio para o Brasil e os brasileiros, a qual acreditamos ser absorvida pela hegemonia do mercado e seus “ideais/valores” (lucro, individualismo, competição, meritocracia, resultados, prêmios, reconhecimento) os quais induzem os jovens à perspectiva neoliberal da falsa subjetivização e naturalização de que cada indivíduo deva ser adaptável à realidade do sujeito, um empresário de si (ARAÚJO; ALBENE, 2022, p. 233).

O que se vê diante da realidade das escolas públicas é um estado de sucateamento geral e sem infra-estrutura para abrigar o NEM, que representa algo além da escola, a saber; um projeto de país em disputa entre classes sociais com interesses opostos e que incide diretamente na escolarização da população (MOLL *et al.*, 2022).

As reflexões, a partir da vivência do estágio em questão, se ancoram também na conjuntura nacional, contexto em que a discussão em torno da implementação do NEM toma um novo e intenso debate, a partir 2023, com o início do terceiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Após um amplo processo de denúncia feito por entidades como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE; pela Central Única dos Trabalhadores - CUT; por professores; estudantes; entre outros, sobre a precarização e consequente queda da qualidade da educação, orientados pelo NEM, o presidente Lula decide suspender a implementação do NEM, temporariamente, para uma nova rodada de debates e discussões, acirrando a disputa entre os setores críticos ao NEM e os grupos neoliberais, como a Fundação Lemann.

Fazendo um recorte a partir da experiência do estágio, foi possível observar algumas fragilidades que afetam o ensino, relacionadas ao livro didático adotado e já adaptados às exigências da BNCC do Ensino Médio. O livro foi analisado como atividade proposta pela disciplina de estágio, observando os seguintes aspectos: qualidade das imagens ilustrativas, a forma como são apresentadas e a sequência em que os conteúdos estão dispostos. Ao fim do estágio, a conclusão, em relação ao livro didático, é que houve perda na qualidade das imagens ilustrativas, no que diz respeito à redução do tamanho e concentração das imagens por páginas, nesse sentido não sendo adequado à melhoria da qualidade no processo de ensino e de aprendizagem.

Quanto ao conteúdo, observa-se que a forma como está organizado no livro didático não contribui para o aprofundamento deste, uma vez que é apresentado de forma resumida quando se compara ao livro *Biologia Moderna*, de Amabis e Martho, volume 3, indicado para o terceiro ano do ensino médio, antes dos novos livros (conforme à BNCC) e que ainda é utilizado por professores de Biologia, por considerá-lo mais adequado. Além disso, alguns

temas foram suprimidos, como o tema: Herança ligada ao sexo. Este foi retirado do livro de Ciências da Natureza, adotado na escola, mas que a professora da turma do terceiro ano e supervisora do estágio entendeu ser um conteúdo indispensável. Assim, as regências também foram planejadas a partir desse tema, um conteúdo que não está previsto no livro atualmente adotado pela instituição.

Nesse sentido, o livro didático para o NEM corrobora formação de baixa qualidade, a já que o conteúdo suprimido, Herança ligada ao sexo, é tema presente nas provas de ingresso ao Ensino Superior. Entretanto, as escolas da rede privada, com o foco na formação para o acesso ao Ensino Superior, possuem condições de ofertar o tema, ao passo que o mesmo não acontece com as escolas públicas. Situação que concorre para a manutenção do *status quo* e o aprofundamento da desigualdade de acesso ao Ensino Superior. Assim, o Novo Ensino Médio “expressa interesses de classe muito bem delimitados e representa uma materialização da hegemonia neoliberal de cariz empresarial na educação brasileira” (CARVALHO; BARBOSA, 2022, p. 243). A escola ideal para a elite hegemônica, é aquela que acentua a divisão social, com reduzidas condições para o pleno desenvolvimento humano e integral da classe trabalhadora, visto que, para a manutenção da sociedade de classes, é fundamental a alienação.

No decorrer do estágio, percebeu-se os elementos de dominação e divisão social, a partir das dificuldades e limitações que estudantes da escola pública e professores enfrentam e que parecem permanecer. E nesse sentido, o Ensino Médio Integral⁸, previsto para todas as escolas da rede pública, não se orienta na direção do pleno desenvolvimento humano, ao contrário, aprofunda e mantém a divisão social. Mesmo que as escolas sejam de tempo integral, o ensino não se apresenta integral, visto que retira conhecimentos historicamente construídos pela sociedade, reduz e altera a carga horária, apresentando uma parte diversificada e flexível, fragmentando o currículo, impondo uma educação orientada à formação de mão de obra barata, necessária ao funcionamento do estado, incapaz de alterar a realidade de oprimidos e explorados. Além disso, não leva em consideração as condições de acesso ao Ensino Médio por parte dos estudantes, as condições de infraestrutura das escolas e as condições de trabalho dos professores (CARVALHO; BARBOSA, 2022).

A escola onde foi realizado o estágio está em processo de adaptação para o ensino de tempo integral, e mesmo contando com um amplo espaço físico não está adequadamente

⁸ Para se enquadrar como Escola de Ensino Médio Integral a unidade precisa atender: I - escolas com ensino médio em tempo integral que têm mais de 50% dos alunos com carga horária semanal de, pelo menos, 35 horas, de acordo com o Censo Escolar mais recente; e II - escolas que oferecem educação profissional integrada ao ensino médio e outros dois itinerários formativos propedêuticos (BRASIL, 2017, p. 02).

adaptada às necessidades exigidas pela nova modalidade de ensino, apresentando salas de aula insuficientes e poucos espaços de convivência para os alunos. O corpo docente sofre os efeitos das limitações e dificuldades, entre as quais o grande número de alunos por sala, laboratórios insuficientes e excesso de horas de trabalho, questões que expõem o sucateamento do ensino público e que repercutem no baixo rendimento escolar. Em acréscimo, é preciso considerar que:

O Novo Ensino Médio não incide, e nem planeja incidir, na desigualdade que marca o acesso e as condições de escolarização dos jovens pelo país, e esbarra em questões de desigualdade econômica entre os estados da federação, bem como na organização das redes de ensino e disponibilização de recursos (MOLL *et al.*, 2022 p. 262).

Cabe esclarecer também que a escola onde foi realizado o estágio é buscada por estudantes que não conseguiram ingresso em outras escolas que apresentam uma melhor infraestrutura de ensino, o que demonstra que no mesmo município, a EMTI não oferece as mesmas condições de aos estudantes da rede pública, comprometendo o pleno desenvolvimento humano desses estudantes. Nessa direção, aponta Moll (2022) destaca:

Ampliar a jornada escolar não pode se resumir no oferecimento de mais horas na escola, pois a Educação Integral, anunciada no bojo da reforma, pressupõe uma série de alterações significativas, que impliquem novas aprendizagens e na ressignificação de práticas escolares até então realizadas, com a finalidade de promover a integralidade do desenvolvimento dos indivíduos, por meio de uma formação humana integral, definida na Constituição Federal brasileira como pleno desenvolvimento da pessoa (MOLL *et al.*, 2022 p. 263).

O contexto econômico e social dos alunos e as condições gerais da escola são elementos que afetam diretamente a relação professor-aluno, no processo de ensino e de aprendizagem, já que essas relações, como afirma Libâneo (2006), se expressam na atenção dos alunos à aula, na participação nas atividades propostas em sala, no interesse pelo conteúdo estudado e no conhecimento acumulado ao longo do Ensino Médio, já que a aprendizagem na escola é um processo sistemático e organizado, orientado e determinado para a assimilação de conhecimentos que podem resultar na modificação do sujeito em suas relações externas e internas com o ambiente físico e social.

O que se percebe é o pouco interesse dos alunos pela aula, a baixa capacidade de relacionar os conteúdos estudados com conteúdos de aulas anteriores, a deficiência expressa em relação à leitura e interpretação de texto, entre outros elementos que comprometem a apropriação dos conteúdos, pelos estudantes, e limita a ação do professor em sala de aula, consequências diretas dos problemas estruturais que se acumulam ao longo do tempo, no Ensino Médio, e que se potencializam com o Ensino Médio Integral.

Ainda sobre as limitações acumuladas pela Escola de Ensino Médio Integral, é importante refletir sobre os momentos de estudo individual dos alunos. Nesse sentido, o arranjo no currículo para o Ensino Médio Integral prioriza uma gama de tipos tipos distintos de conteúdos a ser repassada aos alunos e, por conta disso, um conteúdo superficial, onde não é possível aprofundá-lo, visto que todos os horários são preenchidos por disciplinas, impossibilitando o estudo individual do aluno, na escola. Outra questão que se apresenta é a distância e tempo que muitos alunos dispensam para ir e vir à escola, saindo de casa, muitas vezes, de madrugada, e retornando à noite. Considerando o tempo que os estudantes estão com suas famílias ou em outras atividades, necessárias ao desenvolvimento humano, é possível inferir que não há tempo para o estudo em casa, e ou se há, de forma bastante reduzida ou sacrificando outras relações, ou seja, há uma sobrecarga de atividades nos alunos.

A sobrecarga de atividades induz os alunos a comportamentos inadequados, como realizar as tarefas extraclasse no momento da aula, o que também contribui para a sobrecarga de trabalho sobre os professores. No caso do Ensino de Ciências/Biologia, os professores precisam dar conta das disciplinas eletivas, em que, para algumas, não há material didático, ficando a cargo do professor providenciar e planejar todo o conteúdo necessário ao desenvolvimento da disciplina, o que reforça a necessidade de se repensar o NEM. Nesse sentido, é preciso reforçar qual é o compromisso da docência junto aos estudantes, ou seja, contribuir para “um sólido domínio de conhecimentos e habilidades, o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais de pensamento independente, crítico e criativo” (LIBÂNEO, 2006, p. 22).

A sobrecarga de trabalho com a qual os professores precisam lidar, de tal modo que, em um dia, atendem, em média, cento e cinquenta alunos ou mais, com demandas diferentes, junto a atividades administrativas, entre outras, são situações que causam tensões, adoecimento e frustrações de muitos profissionais. Não é uma formação orientada ao desenvolvimento pleno e a humanização, e nesse sentido pouco pode contribuir ao desenvolvimento do senso crítico, limitando a compreensão do que é a responsabilidade dos professores e aquelas que estão além destes, ofuscando-lhes um posicionamento mais consciente no que diz respeito à docência e sua função social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estágio Supervisionado é de fundamental importância no processo de formação para a docência, pois a partir do estágio, comumente, se dá o primeiro contato com a sala de aula e

a cultura escolar, na condição de futuro(a) professor(a). Além do exercício da docência, é estimulado o olhar investigativo, que nesse caso se deu a partir da questão “Para onde caminha a formação dos alunos?”, a qual orientou as observações e os debates ao longo do estágio. Assim, conclui-se que a forma como foi concebido o Novo Ensino Médio apresenta limites quanto à, efetivamente, proporcionar uma educação integral. Observou-se também, nesse contexto de NEM, que os estudantes do último ano do ensino médio não demonstram os conhecimentos mínimos exigidos em Biologia, por diversos fatores, dentre os quais a sobrecarga dos conteúdos pulverizados parece se apresentar como um dos principais, visto que não viabiliza aprofundamento dos conteúdos, como também não cede tempo para o estudo individual, no caso da escola onde se realizou o estágio.

Em acréscimo, tem-se a sobrecarga de trabalho sobre os professores, com excesso de alunos por turma, outro fator que inviabiliza o acompanhamento adequado dos estudantes, pelos docentes, limitando as condições de realização de uma aula adequada, além do escasso tempo de estudo e planejamento, comprometendo diretamente a qualidade do ensino.

Diante do exposto, o Novo Ensino Médio, a partir das reflexões oportunizadas pelos Estágio Supervisionado em uma Escola de Ensino Médio de Tempo Integral, indica um caminho que mais reforça as desigualdades sociais do que as busca superar e se compromete com a humanização e pensamento crítico, pois a pulverização do conteúdo do ensino está em sintonia com as orientações neoliberais para o mercado de trabalho. Ou seja, um trabalhador adaptável, com um conhecimento suficiente para operar o sistema, alijado das condições objetivas de reflexão sobre a materialidade de seu trabalho, visto que nega-lhe os conhecimentos historicamente construídos, tornando-o refém da classe dominante, que, dentro da realidade atual, continuará tendo acesso às condições que permite-lhe manter sua hegemonia. E assim, de forma perversa, apoiada pelo poder público, como expressa no NEM, se amplia a diferença entre a classe trabalhadora e a elite dominante, mantendo a realidade como está. Entretanto, partindo dessa realidade, podemos encontrar as condições de superação da sociedade de classes, as quais, através da luta coletiva, podem corroborar para a construção de uma nova realidade, pautada pelo horizonte da emancipação humana. Nessa direção, faz-se necessário que haja clareza sobre qual projeto de sociedade a Educação pública precisa ajudar a construir, negando todas as reduções que se colocam para a formação dos filhos da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. L. A.; ALBENE, L. C. M. “Passando a boiada na educação”: os avanços da (contra)reforma no ensino médio paraense no ano pandêmico de 2021. **Revista Ensino Médio em Pesquisa**, Editora CRV, Curitiba, 2022.

AMABIS, J. A.; MARTHO, G. R. **Biologia moderna**. São Paulo: Editora Moderna, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018**. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN32018.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. Diário oficial da união. **Portaria nº 2.116, de 6 de Dezembro de 2019**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2.116-de-6-de-dezembro-de-2019-232132483>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - EMTI. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=55951>. Acesso em: 10 out. 2023.

CARVALHO, J. C. de.; BARBOSA, J. M. MUDANDO PARA PERMANECER: Uma análise das estratégias de adoção do Novo Ensino Médio na rede estadual de ensino do Ceará. *In*: KÖRBES, C.; FERREIRA, E. B.; SILVA, M. R. da.; BARBOSA, R. P. **Ensino médio em pesquisa**. Curitiba: CRV, 2022. cap. 17, p. 243-254.

GODOY, L. P.; MELO, W. C.; AGNOLO, R. M. D. **Multiversos: ciências da natureza**. São Paulo. FTD, 2020.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

MOLL, J. *et al.* EDUCAÇÃO E PERPLEXIDADES: reflexões a contrapelo da reforma do ensino médio. *In*: KÖRBES, C.; FERREIRA, E. B.; SILVA, M. R. da.; BARBOSA, R. P. **Ensino médio em pesquisa**. Curitiba: CRV, 2022. cap. 18, p. 255-268.

MOREIRA, M. R. *et al.* Políticas de formação de professores no Brasil numa perspectiva discursiva: uma análise da resolução CNE/CP 02/2019. **Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, v. 4, n. 3, p. 353-364, 2022.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. - 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, D. A Pedagogia Histórico-Crítica. **Revista Binacional Brasil Argentina - RBBA**, v. 3, n. 2, p. 11-36, 2014.